

Governo defende desapropriação

Rovênia Amorim
Da equipe do **Correio**

O governador Joaquim Roriz vai manter a decisão de desapropriar 179 hectares da antiga Fazenda Paranoá, entre a Ermida Dom Bosco e o Barragem do Paranoá, no Lago Sul, para a criação do Setor Habitacional Dom Bosco. O diretor técnico da Terracap, José Gomes Pinheiro, afirma que não há nenhum equívoco no decreto 21.043, de março deste ano, como alega o deputado distrital Rodrigo Rollemberg (PSB).

Na segunda-feira, o deputado entrou com representação no Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) pedindo abertura de inquérito civil, por entender que a área já teria sido desapropriada. Na pasta com documentos que entregou aos promotores de Justiça há duas matrículas de registro da gleba em questão. Ambas emitidas pelo 2º Ofício de Registro de Imóveis. A matrícula 55.456 dá a terra como pública desde 1964; a 16.262 atesta que a terra ainda é de propriedade particular.

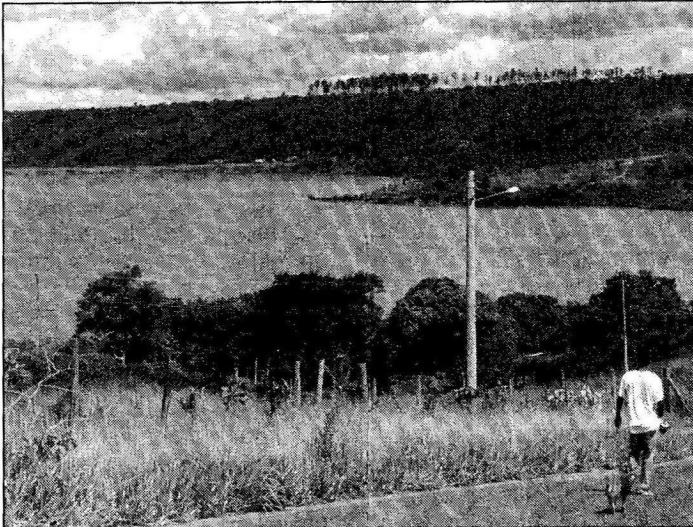
A titular do cartório, Léa Por-

tugal, diz não ter dúvida de que a terra é mesmo pública e expllica a confusão das matrículas por um erro do 1º Ofício de Registros de Imóveis: "Em 1980, pedimos a transferência do registro daquela área para o nosso arquivo e veio a informação de que a gleba não tinha sido desapropriada." O erro foi descoberto e, em 21 de junho de 1994, o Cartório do 1º Ofício comunicou o equívoco à Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap), a verdadeira dona da gleba.

Léa Portugal diz que a matrícula 16.262 está bloqueada e o cancelamento já foi pedido à Vara de Registros Públicos. Então, se a terra é mesmo pública, como sustentou o deputado na representação, não faria sentido o Decreto 21.043, publicado no *Diário Oficial do Distrito Federal* de 2 de março, declarando a intenção do governo de desapropriar 179 hectares da mesma área.

"Não há problema nenhum com o decreto. Essa questão de terra pública é complicada, difícil, e o deputado foi mal assessorado", diz o diretor técnico da Terracap, José Gomes

Nehil Hamilton



Deputado diz que área do futuro Setor Dom Bosco já é pública

Pinheiro. Ele explica que a Terracap desapropriou parte de três quinhões da antiga Fazenda Paranoá, de propriedade dos irmãos Valentina, Geraldo e Margarida de Souza e Silva. Essas áreas desapropriadas estariam sob a matrícula 55.456.

O diretor da Terracap diz que o Decreto 21.043 se refere ao quinhão de Valentina, com área total de 527,7 hectares. "Mas 179 hectares não foram desapropriados nesse quinhão", garante Pinheiro. "A cadeia domi-

nial tem 116 registros e há mais de 80 donos da terra não desapropriada." No quinhão de Margarida, 350 hectares de um total de 498 são públicos, segundo o diretor. Assim como 134 dos 969 hectares do quinhão de Geraldo de Souza Silva.

"Só vamos desapropriar áreas na medida que for preciso", diz Pinheiro. Ele não adianta, no entanto, qual a avaliação de mercado que a Terracap faz da área a ser desapropriada. "O preço será dado por

um perito judicial e qualquer pessoa poderá questionar o valor." No local, o Governo do Distrito Federal (GDF) pretende abrir ruas e comércio para a implantação do Bairro Dom Bosco.

"A representação do deputado Rollemberg não tem a menor sustentação", acredita o diretor da Terracap. "As dúvidas serão facilmente desfeitas pelo nosso jurídico." O deputado discorda e afirma que a área entre a Ermida Dom Bosco e a Barragem do Paranoá é alvo de grilagem, o que foi constatado pela Comissão Parlamentar de Inquérito de 1995 que investigou o parcelamento irregular de terras no Distrito Federal.

"Significa que os grileiros vão ganhar dinheiro duas vezes. Primeiro, quando venderam lotes e, agora, com a desapropriação", critica Rollemberg. O governo garante que não. "O dinheiro da desapropriação é depositado em juízo e quem for dono da terra vai ter de provar na Justiça que não está com documentos fraudados em mãos. O GDF não terá nada com isso", diz o diretor técnico da Terracap.